



IMPORTÂNCIA DA ABORDAGEM SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

*Lorena Amaral de Alencar Castro*¹

*Gabriela Graner Melo Utim*¹

*Tainara Lima Ribeiro*¹

*Ully Urzêda Basílio*¹

*Kássia Rita Lourenceti*²

RESUMO: A violência doméstica contra a mulher é um fenômeno múltiplo e complexo que tem gerado um grande impacto na saúde pública. É importante destacar diferentes abordagens sobre a violência contra a mulher com intuito de levar o conhecimento sobre o assunto à população. Esse artigo tem como objetivo relatar a experiência de uma ação realizada para população de Inhumas-GO bem como demonstrar seus resultados. A ação teve o objetivo de levar conhecimento sobre as diversas formas de violência contra mulher e como denunciá-la. Conhecer sobre violência de gênero e como manejar os casos é fundamental para o profissional de saúde e para a população colaborar na quebra do ciclo de violência, encorajar as vítimas a denunciar e reduzir os índices de violência contra a mulher. Assim, ações como a descrita por serem de baixo custo podem ser reproduzidas por profissionais de saúde e geram um grande impacto social.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Contra Mulher. Prevenção. Abordagem pelo profissional de saúde. Femicídio.

1 INTRODUÇÃO

A violência é definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como qualquer ato de agressão ou negligência à pessoa que produz ou pode produzir dano psicológico, sofrimento físico ou sexual, incluindo as ameaças, coerção ou privação arbitrária de liberdade, tanto em público como em privado. É o uso intencional de força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grande probabilidade de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações (BRASIL, 2011)

Na atualidade, a violência é reconhecida como um problema de saúde pública de múltiplas causas, multidimensional e com diferentes manifestações. De acordo com

¹ Acadêmicas do curso de Medicina da Faculdade Alfredo Nasser de Aparecida de Goiânia – GO.

² Médica Ginecologista e Obstetra, Professora da Faculdade Alfredo Nasser e Orientadora da Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia.

documentos da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), a violência adquiriu um caráter endêmico em vários países, dado o número de vítimas com sequelas orgânicas e emocionais (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE, 1994).

O impacto da violência contra mulheres também sobrecarrega o sistema de saúde tanto em termos de recursos econômicos e humanos, quanto em custos sociais, como em decorrência de produtividade perdida para a sociedade em geral (BRASIL, 2011b, p. 14).

É no setor saúde, especialmente nos serviços de urgência, que se concentra grande parte das vítimas de violência, já que a maioria desses casos somente chega a esses serviços ou é detectada por eles quando ocorrem traumas e lesões (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002).

Nesse sentido, a atuação dos profissionais de saúde, em uma abordagem interdisciplinar se faz relevante nas estratégias e ações de enfrentamento e prevenção à violência contra as mulheres. É importante o processo de acolhimento, escuta e orientação profissional, livre de julgamentos ou valores morais, como base para o encontro de possibilidades e informações para o enfrentamento e/ou prevenção do problema.

O número de vítimas de violência contra mulher é alto, sua divulgação é necessária para o conhecimento e reconhecimento da população em geral, especialmente para aumentar o número de denúncias, acredita-se que muitas ainda são subnotificadas.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência sobre a realização de uma ação no dia 25 de novembro de 2017 para a população de Inhumas-GO sobre a violência contra a mulher durante o Encontro de Ligas Acadêmicas (ELA), organizado pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás.

A ação organizada pela Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade Alfredo Nasser teve como título “Violência Contra mulher: Quebrando o Silêncio”, antes da realização da ação os integrantes da Liga receberam uma capacitação sobre o assunto com uma Médica Ginecologista e Obstetra e com uma Psicóloga com os temas “Violência contra mulher e Lei Maria da Penha: o que foi conquistado e quanto ainda podemos caminhar?” e “Violência Contra Mulher e suas implicações na Saúde Emocional” respectivamente. Durante a capacitação os alunos tiveram explicações sobre o panorama da violência contra mulher no Brasil, sobre a Lei Maria da Penha e também a abordagem do médico em pacientes com

situação de vulnerabilidade e como orientar a vítima a denunciar. Os integrantes também receberam orientações jurídicas sobre como ocorre as denúncias sobre violência contra mulher no município de Inhumas.

Após a capacitação, foi organizado pelos integrantes da liga um panfleto educativo para ser entregue no dia da ação com explicações a respeito do tema e orientações sobre como denunciar a violência contra mulher.

No dia da ação foi realizada explicação através de banners com linguagem e figuras acessíveis à população, acerca de dados sobre o índice de violência da mulher, Lei Maria da Penha, como denunciar e quem recorrer em casos de vulnerabilidade, tipos de violência contra a mulher (física, moral, sexual, patrimonial, psicológica, virtual) e central de atendimento à mulher (disque 180). Além da explicação os participantes tiveram a oportunidade de retirar suas dúvidas e compartilhar suas histórias com os integrantes da ação sobre o assunto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Mapa da Violência de 2015, realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, revelou que Goiás é o terceiro Estado com o maior número de homicídios de mulheres no Brasil (WAISELFISZ, 20015). Diante desse panorama, fica clara a importância de ações como essa para conscientização da população principalmente das mulheres a respeito desse assunto.

Por ser um fenômeno complexo, com causas culturais, econômicas e sociais, aliado à pouca visibilidade, à ilegalidade e à impunidade, a violência doméstica contra mulheres é a tradução real do poder e da força física masculina e da história de desigualdades culturais entre homens e mulheres que, por meio dos papéis estereotipados, legitimam ou exacerbam a violência (SANTI; NAKANO; LETTIERE, 2010).

A violência contra mulher está associada a vários fatores, dentre eles, estão a baixa escolaridade da mulher, a situação socioeconômica desfavorável, além do uso de álcool ou drogas ilícitas entre os parceiros podendo exacerbar a magnitude do problema (LABRONICI *et al.*, 2010).

As pesquisas mostram prevalências mais altas de violência em mulheres usuárias de serviços de saúde, fato relacionado às suas queixas e busca de ajuda (KRUG *et al.*, 2000). Estudo de Schraiber *et al.* (2003), conduzido na cidade de São Paulo, com 3.193 usuárias de

serviço de saúde, mostrou que 55% relatavam pelo menos um episódio de violência física ou sexual na vida perpetrada por qualquer tipo de parceiro.

Entre os entraves para uma abordagem adequada da violência de gênero, salienta-se a relutância da vítima em confidenciar ao profissional de saúde os incidentes vividos (VICENTE; VIEIRA, 2009). Uma das propostas para reduzir esses entraves é levar o conhecimento, informações e apoio mútuo para a população e principalmente para as mulheres sobre as diversas formas de violência contra mulher e consciência de seus direitos.

Durante a ação realizada, observou-se a procura de muitos participantes para saber mais sobre o tema e que a grande maioria dos participantes desconhecia os diversos tipos de violência existentes contra a mulher, existência de delegacia especializada no atendimento da mulher e da central de atendimento à mulher. A falta de conhecimento pode influenciar diretamente na redução das denúncias contra esse tipo de violência bem como na falta de empoderamento para vítima sair da situação de vulnerabilidade.

Do total de atendimentos realizados pelo Ligue 180, durante o primeiro semestre de 2016, 12,23% (67.962) corresponderam a relatos de violência contra a mulher. Entre esses relatos, 51,06% corresponderam à violência física; 31,10%, violência psicológica; 6,51%, violência moral; 4,86%, cárcere privado; 4,30%, violência sexual; 1,93%, violência patrimonial; e 0,24%, tráfico de pessoas (BRASIL, 2016). Esses dados demonstram a importância de ações como a realizada para a divulgação da central de atendimentos à mulher, pois diante da ação observou-se que ainda existem muitas pessoas que desconhecem esses serviços.

Outro aspecto que evidenciou-se durante a ação foi a procura por muitos profissionais de saúde sobre solucionar suas dúvidas a respeito do tema bem como a dificuldade abordar as pacientes vítimas desse tipo de violência.

Ainda existe uma certa relutância, por parte dos profissionais de saúde em pesquisar ativamente a violência de gênero. Seja por subestimar a prevalência da violência de gênero ou por terem dúvidas sobre como atuar em relação à situação vivida pelas pacientes, os profissionais de saúde desistem de uma abordagem mais direta, evitando a anotação no prontuário ou simplesmente ignorando sinais e sintomas de violência. É importante lembrar que parte desses profissionais pode ter dificuldades para questionar a paciente sobre possível violência de gênero por medo de ofendê-la ou por não acreditar que a violência é problema que compete à área da saúde (VICENTE; VIEIRA, 2009).

A falta de conhecimento por parte das vítimas sobre seus direitos fazem com que continuem em situação de violência. A violência contra as mulheres está associada a um

número de problemas de saúde mental, incluindo humor, ansiedade, estresse pós-traumático e transtornos somatiformes (ISLAM; JAHAN; HOSSAIN, 2018). A violência de gênero representa um sério problema de saúde pública por sua magnitude, acarretando lesões somáticas, dor, sofrimento e morte, além de agravantes psicológicos. Demonstrou-se que a dor pélvica crônica está intimamente associada à violência de gênero. Altos índices de suicídio, abuso de drogas e álcool, e queixas somáticas vagas (mialgias, cefaleias e outras dores crônicas) são sinais e sintomas comuns na mulher agredida, persistindo por longa duração o efeito negativo em sua saúde mesmo após o término da violência (CAMPBELL, 2002).

4 CONCLUSÕES

Diante da ação realizada, observou-se a grande procura dos participantes para obter mais conhecimento sobre o tema e principalmente por profissionais de saúde. Ações como essa demonstram a importância de discutir sobre o tema para população demonstrando um impacto positivo ao levar o conhecimento sobre a violência contra mulher e como denunciá-la.

Diante do impacto social e as repercussões psicológicas e na saúde causadas por esse tipo de violência as vítimas é indispensável a realização de ações que abordem esse tema na sociedade para auxiliar nas notificações bem como no empoderamento das vítimas.

Aos profissionais de saúde, principalmente os atuantes na atenção básica, a importância de criar debates desse assunto com a população, assim, como ocorreu nessa ação, pois ação como essas são de baixo custo e revelam grande impacto no que tange levar informações a população e aumento da procura de vítimas à atenção primária a saúde ou a outros serviços.

Realizar orientações sobre os tipos de violência contra mulher e suas consequências no contexto biopsicossocial, especialmente quanto ao impacto da violência na saúde da mulher são de grande importância e influenciam diretamente nos índices de violência. Além de permitir criar oportunidades de abordagem a vítimas desse tipo de violência bem como reduzir seus índices e aumentar o número de denúncias

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Políticas públicas para as mulheres - Central de atendimento à Mulher - **Balanço 2016**.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Viva**: instrutivo de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências. Brasília (DF): MS; 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**: norma técnica. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011b.

CAMPBELL, J. C. *Health consequences of intimate partner violence*. *The Lancet*, v. 359, p. 1331-6, 2002.

ISLAM *et al.* *Violence against women and mental disorder: a qualitative study in Bangladesh*. *Tropical Medicine and Health*, v. 46, n. 5, 2018.

LABRONICI, L. M. *et al.* Perfil da violência contra mulheres atendidas na Pousada de Maria. *Rev Esc Enferm USP*, v. 44, n. 1, p. 126-33, mar. 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS; OPAS, 2002.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE. **Violência y salud: resolución no XIX**. Washington: OPAS, 1994.

SANTI, L. N.; NAKANO, A. M. S.; LETTIERE, A. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 417-24, set. 2010.

SCHRAIBER *et al.* Características da violência física e/ou sexual entre mulheres usuárias de serviços de saúde da Grande São Paulo. **Ciênc saúde coletiva**, v. 8 (supl.1), p. 149, 2003.

VICENTE, L. M.; VIEIRA, E. M. O conhecimento sobre a violência de gênero entre estudantes de Medicina e médicos residentes. **Rev. bras. educ. med.**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 63-71, mar. 2009.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. 1. ed. Brasília, 2015.